



Documento assinado eletronicamente por **JOSE FLAVIO DE OLIVEIRA - Matr. 22358, Secretário(a) de Comissão**, em 05/05/2020, às 14:29, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **0109541** Código CRC: **8A156D54**.

Atas - Comissões

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 8ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO 2020.

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de 2020, às quatorze horas, na Sala de Reunião das Comissões, o Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, **Deputado Delegado Fernando Fernandes**, abriu a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão, da 2ª Sessão Legislativa, da 8ª Legislatura da CLDF, com as presenças do Deputado Leandro Grass e do Deputado Martins Machado. O Presidente cumprimenta a todos e põe em votação a **ata da 9ª Reunião Ordinária** da CFGTC, realizada em 05 de dezembro de 2019. **Resultado:** a ata foi aprovada com 3 votos favoráveis. Houve duas ausências justificadas. Em seguida, foi dado conhecimento de documento com orientações para o cumprimento de ato da Vice-Presidência e da 3ª Secretaria (Processo SEI nº 0000100004726/2020-45) e posta em análise as matérias para discussão e votação. **Item nº 1.** Validação do calendário de atividades desta Comissão para a 2ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura, aprovada na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de dezembro de 2019. **Resultado: o calendário foi aprovado** com 03 votos favoráveis. Houve duas ausências justificadas. **Item nº 2.** Discussão e votação do Requerimento nº 1.296, de 2020, que "requer a aprovação, por parte da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, de requisição de auditoria ao Tribunal de Contas do Distrito Federal acerca da política tarifária do Sistema de Transportes Públicos e Urbanos do DF e do cumprimento das recomendações feitas aos órgãos gestores do STPU pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal por meio da Decisão nº 3.475, de 2014", de autoria do Deputado Leandro Grass. Com a palavra, o **Deputado Martins Machado** busca mais esclarecimentos sobre a proposição em análise. O Autor, Deputado Leandro Grass, esclarece: "O requerimento vem solicitar um estudo de auditoria, especificamente em relação a alguns itens que a Secretaria deixou de responder ou deixou de realizar quanto às orientações ainda do próprio estudo da FGV e de outras recomendações que o Tribunal tinha feito anteriormente em 2016 e 2017. O pedido também contempla a manifestação sobre, como eu já falei, o cumprimento dessas recomendações anteriores de 2014, na verdade, e não 2016, pede uma apuração da política tarifária, se ela está realmente sendo cumprida; das metodologias utilizadas nas revisões das tarifas, se realmente elas estiverem em sintonia com a fórmula adotada; pede também uma avaliação da política de remuneração das concessionárias, incluindo a tarifa técnica, as taxas de retornos dos contratos de concessão, os procedimentos de avaliação dos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, as subvenções tributárias e o repasse que o DF tem feito a elas. Também uma apuração sobre a estrutura normativa, institucional e de governança do sistema de transportes. E, por fim, do sistema de tecnologia, que foi um questionamento feito por nós ao Secretário de Mobilidade em relação à integração, ao vínculo entre os sistemas adotados, o sistema de bilhetagem, também a uma apuração sobre a efetividade dessa integração entre os sistemas. **Resultado:** em votação, o requerimento é **aprovado** com 3 votos favoráveis. Houve 2 ausências justificadas. **Item nº 3.** Discussão e votação do Requerimento nº 1.326, de 2020, de autoria desta Comissão, que "requer o encaminhamento de pedido de informações ao Secretário da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – SEMOB sobre a gestão compartilhada do transporte escolar entre a SEMOB, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e a TCB". **Resultado:** aprovado, com 3 votos favoráveis. Houve duas ausências justificadas. **Item nº 4.** Discussão e votação do Requerimento nº 1.325, de 2020, de autoria desta comissão, que "requer o encaminhamento de pedido de informações ao Secretário da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF)". **Resultado:** aprovado, com 3 votos favoráveis. Houve 2 ausências justificadas. **Item nº 5.** Discussão e votação do Requerimento nº 1.327, de 2020, de autoria desta comissão, que "requer ao Presidente do Banco de Brasília S.A. (BRB), Paulo Henrique Bezerra R. da Costa, informações sobre os motivos das dificuldades enfrentadas pelos beneficiários para desbloquear o cartão do Programa Material Escolar, bem como dos atrasos da liberação dos créditos a beneficiários do programa". **Resultado: aprovado** com 3 votos favoráveis. Houve 2 ausências justificadas. **Item nº 6.** Discussão e votação do Requerimento nº 1.324, de 2020, de autoria desta comissão, que "requer ao Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal, João Pedro Ferraz dos Passos, informações sobre os motivos pelos quais beneficiários que preenchem os critérios para participar do Programa Material Escolar não tiveram seus créditos liberados". **Resultado: aprovado** com 3 votos favoráveis. Houve 2 ausências justificadas. **Item nº 7.** Discussão e votação do Requerimento nº 1.328, de 2020, de autoria desta Comissão, que "requer o encaminhamento do pedido de informações ao Secretário da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal (SEMOB), sobre os dados do transporte público que

subsidiaram o aumento de 10% nas passagens de ônibus e do metrô, aplicado a partir do dia 13 de janeiro de 2020". **Resultado: aprovado** com 3 votos favoráveis. Houve 2 ausências justificadas. **Item nº 8.** Discussão e votação do Requerimento nº 1.329, de 2020, de autoria desta comissão, que "requer o encaminhamento do pedido de informações ao Secretário da Secretaria de Estado de Educação do DF". **Resultado: aprovado** com 3 votos favoráveis. Houve 2 ausências justificadas. **Item nº 9.** Discussão e votação do Requerimento nº 1.330, de 2020, de autoria desta Comissão, que "requer ao Secretário de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal, Luciano Carvalho, informações sobre o andamento de todas as obras de infraestrutura na Região Administrativa do Sol Nascente e Pôr do Sol – RA 32". **Resultado: aprovado** com 3 votos favoráveis. Houve 2 ausências justificadas. Findas as votações, o **Deputado Martins Machado**, com a palavra, questiona se as respostas dos Secretários de Estado aos Requerimentos votados nesta reunião serão repassadas aos demais membros da CFGTC. Em resposta, o **Deputado Leandro Grass**, com a palavra, afirma ser importante que todos os membros da Comissão tenham acesso às respostas, mas alerta que há casos de Secretários que não responderam a requerimento de informação da CFGTC. Segundo ele: "Muitas Secretarias deixam de responder aos requerimentos, sejam eles feitos por comissões ou por Deputados. Isso é ilegal. Isso não pode acontecer e precisamos definir também o movimento que vai ser feito na medida em que o GDF não cumpre a Lei. Se for o caso, acionar o próprio Ministério Público e responsabilizar os gestores que deixam de prestar informação." O Presidente concede a Palavra ao **Deputado Martins Machado**, que esclarece: "Sr. Presidente, há estas sugestões também: acionar o Ministério Público; convocar aqui o Secretário para dar resposta pessoalmente ou agendar visita da Comissão à Secretaria para buscar a resposta, deslocando-nos até lá, pois, se o governo não vem até aqui, a comissão toda de fiscalização vai até lá. Agendamos isso já com uma pauta das respostas requeridas por esta Comissão." Em seguida, é concedida a palavra ao **Deputado Leandro Grass**, que acrescenta: "Sr. Presidente, no final do ano, fizemos uma audiência aqui para que a Secretaria de Saúde apresentasse seu relatório quadrimestral e um dos pontos mais alarmantes foi sobre as iniciativas que o governo tomou em relação à dengue no ano passado com aquele surto com mais de 10 mil casos. Este ano já estamos tendo novo surto. Então, há um ofício também que nós estamos enviando, pela Comissão, em relação ao tratamento que a Secretaria vem dando aos novos casos de dengue e ao que foi adotado no ano passado. Questionamos muito, principalmente, sobre a questão da publicidade que o governo não utilizou a serviço da população para prevenir, para orientar e para educar e que justamente está resultando nesse número catastrófico de 62 óbitos, no ano passado, com 50.449 casos. São números realmente muito preocupantes. Agora, em janeiro, já há quase 900% a mais em relação a janeiro do ano passado. O ofício que ele enviou para cá já está assinado por V. Exa. para que a Secretaria possa responder. Acho que é importante também permanecermos atentos a essa situação da dengue. Houve uma representação nossa, no Tribunal de Contas, no ano passado. Houve uma medida cautelar. A Secretaria fez aquelas tentas, mas me parece que não foram suficientes para evitar um novo surto e já estamos em fevereiro e é preciso que haja uma resposta". Em resposta, Deputado Delegado Fernando Fernandes mostra concordância com a fala do Deputado Leandro Grass e alerta ser ilegal os secretários deixarem de responder à Comissão, mas que se reunirá com o corpo jurídico para buscar formas para resolver essa questão. Com a palavra, o **Deputado Martins Machado** sugere que a Comissão busque entender a metodologia administrativa da Secretaria de Saúde, pois os recursos que a Secretaria de Saúde recebe são bastante expressivos, e "tem alguma coisa errada", porque "recursos não é o problema". "Tem de ver a forma como está sendo empregado esse valor. Esse recurso é imenso enquanto que o valor é bem menor em alguns estados e eles conseguem melhores resultados na saúde." O Presidente acata a sugestão, agradece aos deputados presentes e aos servidores da Comissão, e pede o apoio dos demais membros, em especial ao Deputado Leandro Grass, que, nas palavras do Deputado, "brilhantemente conduziu a Comissão no final do ano passado". Por fim, o Presidente lembra que o SEI vai ajudar bastante na transparência do trabalho da Casa, em especial nos trabalhos da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, agradece mais uma vez aos deputados presentes, agradece a todos, e, não havendo mais nada a tratar, declara encerrada a Reunião, às quatorze horas e quarenta e nove minutos, da qual eu, Fábio Fernandes Mesquita, na qualidade de Secretário, lavro a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelo Presidente da Comissão, Deputado Delegado Fernando Fernandes.

DEPUTADO DELEGADO FERNANDO FERNANDES

Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO BATISTA FERNANDES - Matr. 00147, Deputado(a) Distrital**, em 30/04/2020, às 16:55, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **0092219** Código CRC: **09D530B1**.